

Arranjos domiciliares e a vulnerabilidade ao empobrecimento: aspectos metodológicos e empíricos*

Lilia Montali¹, Marcelo Tavares de Lima²

Resumo

A análise da pobreza e das desigualdades de renda com base nos arranjos domiciliares elucidou aspectos que possibilitam orientar políticas sociais para a superação da pobreza e o para o desenvolvimento social.

Este artigo tem por objetivo investigar as fragilidades dos arranjos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento. Foi motivado por se constatar, diferentemente do que se supunha, que permanece a desigualdade de renda entre domicílios metropolitanos brasileiros identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais arranjos domiciliares na década de 2000, em que ocorre a redução da desigualdade de renda no País, crescimento do emprego, da renda domiciliar per capita e de ampliação da política de transferência de renda.

São identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento os arranjos domiciliares que correspondem à etapa de constituição no ciclo vital da família (nucleados pelo casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes); aqueles na etapa de consolidação do ciclo vital familiar (nucleados pelo casal com idades entre 35 e 49 anos, com filhos e/ou parentes; e os arranjos monoparentais femininos). Foram assim identificados por estudos anteriores de Montali (2004; 2008) e refirmados por investigação recente (Montali (coord), 2012).

Nesta investigação o conceito de divisão sexual do trabalho tem papel central. A divisão sexual do trabalho é transversal à família e ao mercado, definindo os lugares de homens e de mulheres na esfera da reprodução e na esfera da produção. Entende-se que a disponibilidade para a inserção no mercado é condicionada pelo gênero, idade, posição na família, divisão sexual do trabalho e pelas relações hierárquicas internas do grupo doméstico, por um lado e, por outro, por restrições diferenciadas encontradas por seus componentes no mercado de trabalho. Esta abordagem explicitou a divisão sexual do trabalho vigente como um dos desafios que limitam a inserção em empregos de qualidade para mulheres responsáveis pela família em arranjos com a presença de crianças e adolescentes e, no caso dos domicílios mais vulneráveis, limita a superação da pobreza. A divisão sexual do trabalho, que perpassa a família e o mercado e mantém, para as mulheres, a atribuição do cuidado dos filhos e das atividades domésticas, pouco se alterou no tempo, como evidenciado por pesquisas sobre o uso do tempo.

* Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Latinoamericana de População, Montevideu, Uruguai, de 23 a 26 de outubro de 2012. Apresenta resultados de dois projetos apoiados pelo CNPq, coordenados por Lilia Montali, realizados junto ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP.

¹ NEPP/UNICAMP – lmontali@uol.com.br

² NEPP/UNICAMP – marcelo@nepp.unicamp.br

Arranjos domiciliares e a vulnerabilidade ao empobrecimento: aspectos metodológicos e empíricos*

Lilia Montali³, Marcelo Tavares de Lima⁴

Introdução

A investigação da pobreza e das desigualdades de renda tendo como referência os arranjos domiciliares identificados por sua configuração e momento do ciclo vital das famílias contribuiu para elucidar aspectos dessa questão, bem como para oferecer evidências que podem orientar políticas sociais para a superação da pobreza e o para o desenvolvimento social⁵.

A partir da constatação da permanência da desigualdade de renda entre os domicílios metropolitanos brasileiros identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais arranjos domiciliares na década de 2000, um período mais favorável e no qual se esperava que ocorresse redução nessa desigualdade, passou-se a investigar as fragilidades dos mesmos. Nesse período analisado ocorre a redução da desigualdade de renda no País, crescimento do emprego, elevação da renda domiciliar per capita e ampliação da política de transferência de renda; configura-se também como um período de retomada do crescimento econômico no Brasil.

Os arranjos domiciliares identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento correspondem àqueles nas etapas iniciais do ciclo de vida familiar, ou seja, às etapas de constituição e consolidação e também aos arranjos domiciliares monoparentais femininos. Aqueles na etapa de constituição no ciclo vital da família são identificados através dos domicílios nucleados pelo casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes; aqueles na etapa de consolidação do ciclo vital familiar são identificados através dos domicílios nucleados pelo casal com idades entre 35 e 49 anos, com a presença de filhos e/ou parentes; os arranjos monoparentais femininos incluem todos os domicílios assim configurados,

* Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Latinoamericana de População, Montevideu, Uruguai, de 23 a 26 de outubro de 2012.

³ NEPP/UNICAMP – lmontali@uol.com.br

⁴ NEPP/UNICAMP – marcelo@nepp.unicamp.br

⁵ O artigo traz resultados de dois projetos apoiados pelo CNPq, coordenados por Lilia Montali, realizados junto ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP: Projeto “Família, trabalho e políticas sociais: mudanças e impactos sobre as famílias metropolitanas nas duas últimas décadas.” Em andamento. Agência CNPq – Auxílio Financeiro / Edital Produtividade em Pesquisa - PQ - 2010 – Processo: 306523/2010-8. NEPP/UNICAMP; Projeto “Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: diagnóstico e recomendações para a redução das desigualdades.” Concluído em Fevereiro/2012. CNPq. Edital MCT/CNPq/MDS-SAGI n° 36/2010 - Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Processo: 563760/2010-9. NEPP / UNICAMP.

correspondendo às diversas etapas do ciclo vital das famílias. Foram identificados como tais por estudos anteriores de Montali (2004; 2008) e refirmados por investigação recente (Montali (coord), 2012). Diferenciam-se dos outros arranjos domiciliares por apresentam menor rendimento domiciliar per capita, menores taxas de geração de renda e maiores concentrações nos decis inferiores de renda per capita.

Estudo de Arriagada, com base em estudo que abrange famílias latino-americanas de 16 países, realizada em 2002 em zonas urbanas, de forma similar, aponta para maior incidência da pobreza nos lares monoparentais com chefia feminina e entre as famílias nucleares biparentais com filhos nas etapas inicial, de expansão e consolidação do ciclo de vida familiar, destacando em ambos os tipos de arranjos a dependência de filhos (ARRIAGADA, 2007). A autora relaciona estruturas familiares e etapas do ciclo de vida familiar com a incidência da pobreza e de bem-estar.

Os referidos estudos de Montali identificaram nos arranjos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento analisados nas regiões metropolitanas brasileiras, “superposições de fragilidades” que dificultam a superação da condição de pobreza. Foram identificados três desafios para a superação da pobreza da maior parte desses arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento: o primeiro se relaciona à composição desfavorável destes para a inserção de seus componentes no mercado de trabalho marcada por elevada dependência dos adultos em decorrência da presença de crianças e adolescentes; o segundo, relacionado a este, se associa à concepção tradicional da divisão sexual do trabalho que impõe limitações às mulheres com encargos por crianças para inserção em empregos de qualidade; o terceiro, evidenciado pela análise daqueles arranjos que são beneficiários de transferência de renda, é relacionado ao acesso diferenciado destes arranjos domiciliares identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento a tipos de benefícios de transferência de renda com valores mais baixos (MONTALI, 2008). Dessa forma, observou-se para estes arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento, que se somam as limitações para obtenção de renda do trabalho, decorrente de sua composição e das características e restrições para a inserção de sua força de trabalho no mercado, e também os valores comparativamente mais baixos obtidos pelos programas de transferência de renda vigentes⁶ que se associam aos momentos iniciais do ciclo vital da família e à presença de crianças.

⁶ Programa Bolsa Família, de natureza federal e outros programas de natureza estadual e municipal, em contraposição ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), dirigido para idosos e deficientes carentes.

Nesta perspectiva de investigação, o conceito de divisão sexual do trabalho tem papel central. Entende-se que a disponibilidade para a inserção no mercado é condicionada pelas relações de gênero, idade, posição na família, divisão sexual do trabalho e pelas relações hierárquicas internas do grupo doméstico, por um lado e, por outro, por restrições diferenciadas encontradas por seus componentes para inserção no mercado de trabalho.

Através dessa abordagem foi possível explicitar a vigente divisão sexual do trabalho como um dos aspectos que limitam a inserção em empregos de qualidade de mulheres responsáveis pela família - em arranjos com a presença de crianças e adolescentes. A divisão sexual do trabalho, que perpassa a família e o mercado mantém, para as mulheres, a atribuição do cuidado dos filhos e das atividades domésticas, pouco se alterando no tempo, como evidenciado por pesquisas sobre o uso do tempo e outros estudos. Nestes arranjos com maiores fragilidades para garantir a sobrevivência, que concentram crianças e adolescentes em sua composição, foram identificados padrões de inserção da mulher no mercado de trabalho, que se articulam ao referido padrão vigente de divisão sexual do trabalho e que resultam em vínculos precários e em remunerações de menor valor, dificultando a superação da pobreza por esses arranjos domiciliares.

Na análise são utilizados os dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, IBGE, referente ao período 2001 a 2009. As análises tomam como referência a população das nove regiões metropolitanas brasileiras⁷ e o Distrito Federal cobertas pela PNAD, que congregam as capitais das referidas unidades da federação e são espaços predominantemente urbanos. Se por um lado o contexto metropolitano analisado se destaca pela concentração da geração de importante parcela do PIB nacional, por outro lado as regiões metropolitanas se destacam pela renda domiciliar mais alta que suas unidades da federação e por indicadores de desigualdades mais elevados que a média brasileira, constituindo espaços relevantes para o estudo da pobreza e da desigualdade.

Este artigo que visa explicitar as fragilidades dos arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento será composto, além desta introdução, por mais 3 sessões. A primeira sessão evidenciará a composição desfavorável para a inserção no mercado dos arranjos mais

⁷ É analisada a população do conjunto de nove Regiões Metropolitanas Brasileiras (RMs), a saber, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, e o Distrito Federal (DF), para as quais existem levantamentos anuais da PNAD para o período 2001-2009. Recordar-se que o Brasil conta com 35 regiões metropolitanas instituídas oficialmente, mas apenas para aquelas instituídas na década de 70 existem levantamentos sistemáticos da PNAD.

vulneráveis ao empobrecimento, a dependência de crianças e de adolescentes e os rendimentos comparativamente mais baixos destes; a segunda sessão abordará a inserção desfavorável das mulheres com encargos por crianças (em comparação com as outras mulheres) e as possibilidades de mudança dessa situação através de apoio no cuidado das crianças evidenciado pelo acesso à creches e à educação infantil; e a terceira sessão retoma a questão das transferências de valor mais baixo para esses arranjos e os esforços das mais recentes medidas das políticas sociais dirigidas às famílias pobres com crianças e adolescentes que podem atuar no sentido de compensar as desigualdades de renda dos arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento.

A composição dos arranjos mais vulneráveis e as desigualdades de renda

Os arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento apresentam, no período analisado, proporções de crianças e adolescentes⁸ entre os componentes do domicílio superiores àquela observada para a média metropolitana (Tabela 1).

Por sua vez, a análise comparativa entre os arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento mostra que, no decorrer dos anos 2000, a proporção mais elevada de crianças/adolescentes é encontrada nos arranjos nucleados pelo casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes, que correspondem à etapa de constituição no ciclo vital da família (Tabela 1). Em 2009, as crianças e adolescentes representam cerca de 45% dos componentes do arranjo do casal mais jovem; em 2001 e 2006 essas proporções eram superiores, da ordem de 47% e 46%, respectivamente (Tabela 1).

Os arranjos em que o casal tem idades entre 35 e 49 anos, também com a presença de filhos e/ou parentes (etapa de consolidação do ciclo vital familiar) é encontrada a segunda mais elevada proporção de crianças e adolescentes em relação aos seus componentes (cerca de 35%, em 2009), também com tendência decrescente no período analisado.

Nas famílias monoparentais femininas essa proporção já é menor, da ordem de 29% em 2009 e declinante no período; ainda que mais próximas da média metropolitana, são sempre superiores a esta.

⁸ São consideradas como crianças e adolescentes as idades entre 0 e 17 anos.

Tabela 1
Proporção de crianças e adolescentes segundo tipo de arranjo domiciliar
Regiões Metropolitanas e Brasil, 2001-2009

Dependência por adulto (1)	2001		2006		2009	
	Total Metropolitano	Brasil	Total Metropolitano	Brasil	Total Metropolitano	Brasil
Casais	33,3	36,1	29,9	33,0	28,3	30,8
Casal sem filhos	-	-	-	-	-	-
Casal com filhos e parentes	36,7	39,4	33,7	36,8	32,5	35,2
Casal até 34 anos com filhos e parentes	47,3	49,1	46,3	48,2	45,3	47,2
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	37,4	39,7	35,0	37,1	34,6	35,8
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	14,8	18,4	12,2	16,0	11,5	14,5
Chefe feminina sem cônjuge	29,6	32,6	27,6	30,4	26,6	29,2
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	32,1	35,2	30,3	33,1	29,4	32,2
Chefe feminina unipessoal	-	-	-	-	-	-
Chefe masculino sem cônjuge	14,6	16,6	12,3	14,3	11,4	13,2
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	20,2	23,7	18,2	21,5	17,3	20,4
Chefe masculino unipessoal	-	-	-	-	-	-
Total	31,6	34,7	28,4	31,6	27,0	29,6

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

(1) Proporção de indivíduos com idades entre 0 e 17 anos em relação aos componentes do domicílio

Para o Brasil, no período analisado, são encontradas características semelhantes da composição domiciliar no que refere às proporções mais elevadas de crianças e adolescentes no domicílio entre os arranjos identificados como mais frágeis. São identificadas também semelhanças nas tendências de redução da proporção destes componentes. No entanto, para o país, observam-se proporções mais elevadas de crianças e adolescentes comparativamente aos valores apresentados para o total das regiões metropolitanas em todos os tipos de arranjos domiciliares e também em todos os anos analisados (Tabela 1)

Outro aspecto relacionado à composição dos arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento é expresso pelas taxas de geração de renda comparativamente mais baixas (Gráfico 1). A taxa de geração de renda evidencia, para os arranjos identificados como mais vulneráveis, condições desfavoráveis para inserção no mercado de trabalho ou para obtenção de renda através de outras fontes, comparativamente aos demais arranjos domiciliares. Note-se que estes dados se referem à PIA (população em idade ativa)⁹.

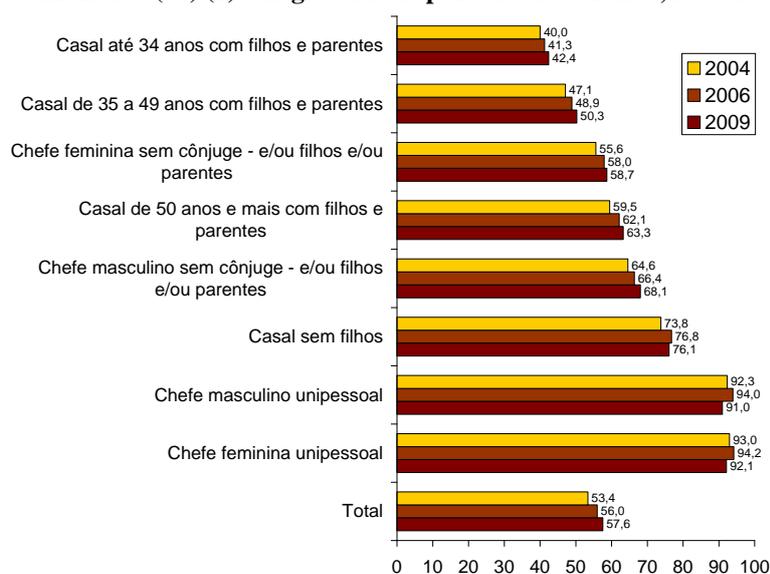
Tomando o período mais recente de expansão da economia, observa-se para a maioria dos arranjos domiciliares a elevação das taxas de geração de renda. O indicador mostra para a média metropolitana em 2004, que cerca de 53% dos componentes em idade ativa dos domicílios geravam renda e, em 2009 geram renda, cerca de 58% destes.

Para os arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento as taxas têm tendência de crescimento nesse período, porém, são sempre inferiores à média metropolitana, com a exceção das

⁹ Compõem a população em idade ativa (PIA) os indivíduos de 10 anos e mais, como é usual nos estudos sobre mercado de trabalho. A taxa de geração de renda é a razão de indivíduos em idade ativa com renda (todas as rendas), sobre o total dos indivíduos em idade ativa do domicílio.

famílias monoparentais femininas. Assim, para aquelas nucleadas pelo casal jovem com filhos a taxa de geração de renda passa de 40% dos componentes em 2004, para 42% em 2009; para aquelas nucleadas pelos casais com idades entre 35 e 49, também com a presença de filhos, a taxa de geração de renda passa de 47% dos componentes, para 50% em 2009. No caso das famílias monoparentais femininas, mais que a metade dos componentes em idades ativa geravam renda, ou seja, cerca de 56% destes em 2004 e cerca de 59% em 2009.

Gráfico 1
Taxa específica de geração de renda por tipo de arranjos domiciliares (%) (1) - Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Microdados reponderados até 2007. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

(1) Taxa de Geração de renda: pessoas de 10 anos ou mais com rendimento/total de pessoas com 10 anos ou mais.

(*) Em valores de 2009 (INPC).

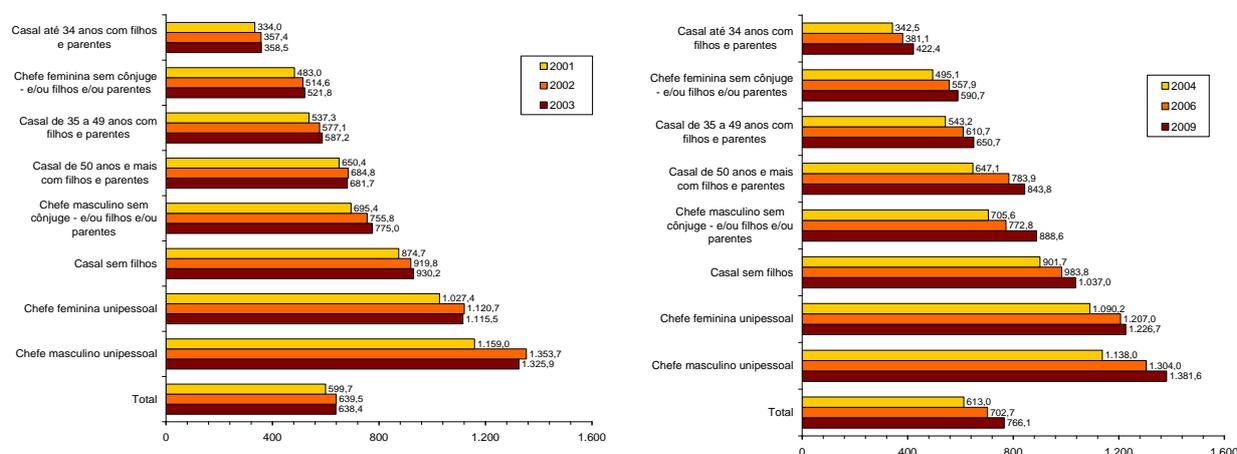
Como mencionado, quanto aos rendimentos estes arranjos são identificados por apresentarem rendimentos familiares per capita mais baixos que os demais arranjos domiciliares e abaixo da média regional (Tabela 2; Gráficos 2 e 3) e também por apresentarem as mais elevadas concentrações entre os decís inferiores de renda familiar per capita (Tabela 4).

Nas regiões metropolitanas brasileiras, é encontrada a mesma diferenciação em relação à renda domiciliar per capita e tipos de arranjos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais tipos de arranjos nos dois períodos analisados da década: nos anos do iniciais (2001 a 2003), caracterizados pelo baixo crescimento econômico, elevado desemprego e redução dos empregos não regulamentados; e no período compreendido a partir de 2004 até o final da década, anos de expansão da economia, de crescimento do emprego e de ampliação da cobertura dos programas sociais de transferência de renda. Padrões

semelhantes são encontrados também para a média do país no que se refere aos arranjos com menor rendimento domiciliar per capita (Gráficos 2 e 3).

A análise do comportamento da renda domiciliar per capita média das regiões metropolitanas brasileiras mostra o maior impacto nestas regiões do momento recessivo de 2001 a 2003, expresso nos dois primeiros anos pelo não crescimento da renda domiciliar per capita média dessas regiões e pela queda da mesma em todos os arranjos domiciliares no último ano, comportamento que diferencia essas regiões da média do país (Gráficos 2 e 3).

Gráfico 2
Rendimento domiciliar per capita segundo tipos de arranjos domiciliares (R\$)
Brasil, 2001-2003 e 2004-2009

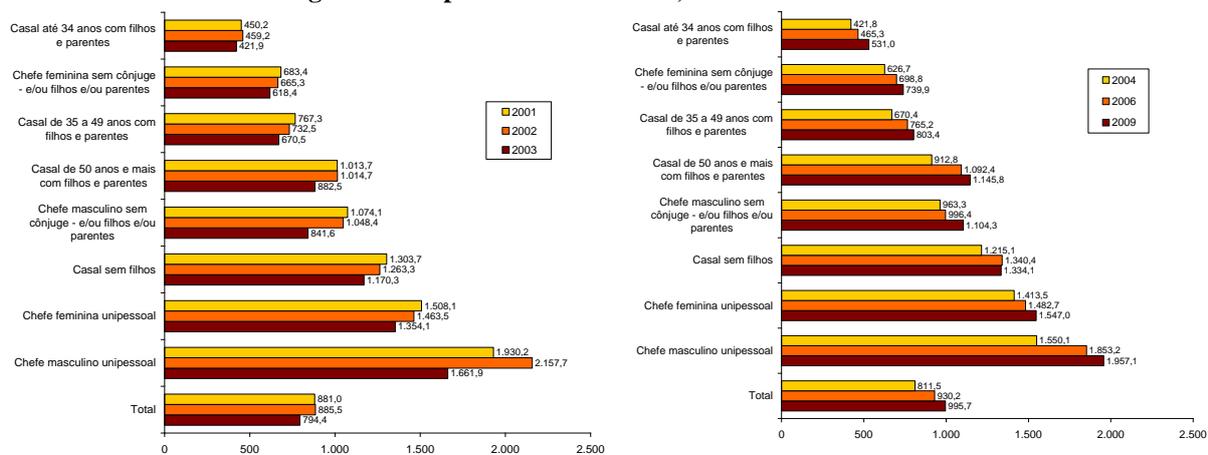


Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Microdados reponderados até 2007.

Elaboração dos autores.

Valores atualizados para 2009 (INPC).

Gráfico 3
Rendimento domiciliar per capita segundo tipos de arranjos domiciliares (R\$)
Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2001-2003 e 2004-2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Microdados reponderados até 2007.

Elaboração dos autores.

Valores atualizados para 2009 (INPC).

Entre 2004 e 2009, verificou-se para o Brasil e para as regiões metropolitanas importante crescimento do rendimento familiar per capita para todos os tipos de arranjos familiares, que beneficiou também os três tipos de família identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento. Entretanto, essa tendência não foi capaz de reduzir a profunda desigualdade de renda entre os domicílios com arranjos distintos. Uma análise dos valores do rendimento familiar per capita segundo os arranjos familiares, comparando-os ao valor médio metropolitano, evidencia que não se reduz a distância entre os rendimentos dos três arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento e a média metropolitana nos dois momentos distintos da dinâmica da economia já referidos, 2001-2003 e 2004 – 2009.

No segundo período, caracterizado pelo crescimento econômico e pela acentuação da tendência de redução das desigualdades sociais, observa-se praticamente a manutenção da mesma distância em relação à média metropolitana para o tipo de arranjo domiciliar casal de até 34 anos com filhos, caracterizado pela maior suscetibilidade à pobreza; o valor do rendimento familiar per capita médio destes é, no ano 2004, cerca de 52% da média do rendimento domiciliar per capita das regiões metropolitanas brasileiras e cerca de 53% em 2009, como se pode constatar na Tabela 5. Os domicílios dos arranjos nucleados pelo casal com idades entre 35 e 49 anos com filhos, apresentam rendimento per capita cerca de 80% da média metropolitana (83% em 2004 e 81% em 2009) e o rendimento domiciliar per capita das famílias monoparentais femininas representavam 77% da média metropolitana em 2004 e, cerca de 74%, em 2009¹⁰.

Como mencionado, os arranjos domiciliares identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento, além de níveis mais baixos de rendimentos familiares per capita, também apresentam maior concentração nos decís inferiores de renda domiciliar. Uma das evidências desse fato é o cotejamento entre as proporções de arranjos domiciliares por tipologia e a sua distribuição por decís de renda (Tabela 2).

Em conjunto, os três tipos de arranjos domiciliares mais vulneráveis compõem 59% dos domicílios das regiões metropolitanas brasileiras no ano de 2004 e 54%, em 2009 (Tabela 2, coluna Total). No entanto estes compõem em 2004, e em 2009, respectivamente, 68% e 66,5% dos domicílios com rendimentos abaixo do valor de corte do 5º decil da distribuição de renda domiciliar per capita metropolitana - que identifica os 50% mais pobres (Tabela 2).

¹⁰ Mais informações podem ser obtidas em Montali, (coord), 2012.

Nos anos analisados as concentrações entre os 50% mais pobres, apresentadas por cada um dos três tipos de arranjos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento estão acima das proporções médias metropolitanas¹¹. Em 2009, encontram-se abaixo do valor do 5º decil cerca de 74% dos domicílios dos casais jovens, de até 34 anos com filhos; pouco mais que a metade dos domicílios que tem por arranjo a chefe feminina sem cônjuge, com a presença de filhos (58%), bem como dos casais entre 35 e 45 anos, com filhos (54%). Estes indicadores evidenciam, no período, a manutenção da desigualdade de renda entre os arranjos domiciliares metropolitanos, embora exista a tendência de tênue redução.

Tabela 2
Distribuição dos domicílios segundo arranjos domiciliares e decis da renda domiciliar per capita
Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009

Tipos de arranjos	2004			2009		
	20% mais pobres	50% mais pobres	Total	20% mais pobres	50% mais pobres	Total
Casais	67,1	66,2	63,7	67,1	64,2	62,2
Casal sem filhos	5,7	9,2	12,9	5,7	10,3	15,3
Casal com filhos e parentes	61,4	57,0	50,8	61,4	53,8	46,9
Casal até 34 anos com filhos e parentes	29,3	23,6	17,6	29,3	21,6	14,7
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	21,5	21,2	20,4	21,5	20,5	19,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	5,9	7,8	9,4	5,9	7,6	10,0
Chefe feminina sem cônjuge	28,2	27,2	27,1	28,2	29,4	28,0
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parente:	26,7	23,1	20,7	26,7	24,4	20,7
Chefe feminina unipessoal	1,5	4,2	6,4	1,5	5,1	7,3
Chefe masculino sem cônjuge	4,7	6,6	9,3	4,7	6,4	9,8
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parent	2,7	3,1	3,7	2,7	3,2	3,8
Chefe masculino unipessoal	2,0	3,5	5,6	2,0	3,2	6,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Elaboração: NEPP/Unicamp

(1) O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual)

(*) Em valores de 2009 (INPC)

O trabalho feminino e os desafios da divisão sexual do trabalho

Retomando os pressupostos deste estudo mencionados na introdução, o conceito de divisão sexual do trabalho tem papel central na explicação das restrições presentes na inserção dos componentes familiares no mercado de trabalho. Dessa forma, entende-se que a disponibilidade destes para a inserção no mercado é condicionada pelas relações de gênero, idade, posição na família, divisão sexual do trabalho e também pelas relações hierárquicas internas do grupo doméstico; e, por outro, sofrem restrições diferenciadas em sua absorção pelo mercado de trabalho.

Essa abordagem contribuiu para explicitar a divisão sexual do trabalho, que perpassa a família e o mercado, como um dos aspectos que limitam a inserção em empregos de qualidade para

¹¹ Ressalta-se, no entanto, que nos anos anteriores são encontradas proporções mais elevadas abaixo da mediana.

mulheres responsáveis pela família - em arranjos com a presença de crianças e adolescentes – ao manter, para as mulheres, a atribuição do cuidado dos filhos e das atividades domésticas, e atribuindo ao homem as atividades de provisão, pouco se alterando nos anos recentes, como evidenciado por pesquisas recentes (BRUSCHINI e OUTROS, 2011). A ampliação da entrada da mulher no mercado de trabalho pouco alterou suas atribuições domésticas, que passam a ser assumidas como dupla jornada (BANCO MUNDIAL, 2012; OIT; PNUD, 2009).

No caso do Brasil, pesquisas de opinião têm confirmado a permanência de valores condizentes com a concepção tradicional da divisão sexual do trabalho na família (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC, 2011; ARAUJO E OUTROS, 2007, FOLHA DE SÃO PAULO, 2010).

A manutenção destas atividades como femininas é apontada também por estudos que mostram a persistência em países da Europa e da América do Norte com poucos avanços das políticas governamentais que facilitem a conciliação família-trabalho (SORJ; OUTROS, 2007).

Alguns resultados dos estudos que embasam este artigo evidenciaram relação importante entre a qualidade da inserção no mercado das mulheres com encargos por filhos e o acesso de crianças a creches (crianças de 0-3 anos de idade) e à educação infantil (crianças de 4-6 anos de idade), reforçando os argumentos da necessidade de apoio através de políticas sociais para a superação da pobreza.

Nessa direção o Relatório da OIT, 2009 explicita que “A existência de creches ou serviços de cuidado é uma medida fundamental para que os/as trabalhadores/as possam conciliar suas responsabilidades familiares com as obrigações relacionadas ao trabalho” (OIT; PNUD, 2009. P.82). Por outro lado, a política de creches e de licenças parentais, segundo o Relatório do Banco Mundial, 2012, é recomendada como uma das medidas a serem implementadas visando “o preenchimento de hiatos de ganhos e produtividade entre homens e mulheres”. O mesmo Relatório referindo-se à política de creches em países de renda média na América Latina, dentre os quais cita exemplos do México, Colômbia, Argentina e Brasil, menciona que “As evidências desses países, bem como as de países ricos (principalmente da Europa central e do norte) que têm esquemas semelhantes é que elas aumentam o número de horas que as mulheres podem trabalhar, além de permitir que elas trabalhem mais em empregos formais” (BANCO MUNDIAL, 2012. p.27).

A análise da inserção no mercado de trabalho das mulheres com responsabilidade pelos domicílios (cônjuges e chefes femininas sem cônjuge) e daquelas com responsabilidade por

filhos e as especificidades dessa inserção segundo a tipologia de arranjos domiciliares (Gráfico 4) explicita com clareza que é mais elevada a participação no mercado das cônjuges com filhos e das chefes femininas sem cônjuge com filhos, com idades respectivamente até 34 anos e 35 a 49 - idades que correspondem às etapas do ciclo de vida da família identificadas como de constituição e de consolidação. Evidencia ainda que a taxa de participação das mulheres na posição de chefes femininas sem cônjuge nesses grupos de idades, é ainda mais elevada do que a observada para as cônjuges e também do que a média dos arranjos monoparentais femininos, cujas taxas são afetadas pelo peso importante de idades acima de 50 anos para as chefes femininas.

Considerando os arranjos domiciliares conjugais e monoparentais, nos quais a mulher-cônjuge e a mulher-chefe têm até 34 anos, verifica-se, que as ocupadas se dividem, em cerca da metade, entre ocupações não precárias e ocupações precárias; também chama a atenção no caso de ambas, as mais elevadas proporções em busca de emprego, comparativamente àquelas nos outros arranjos domiciliares (Gráfico 4).

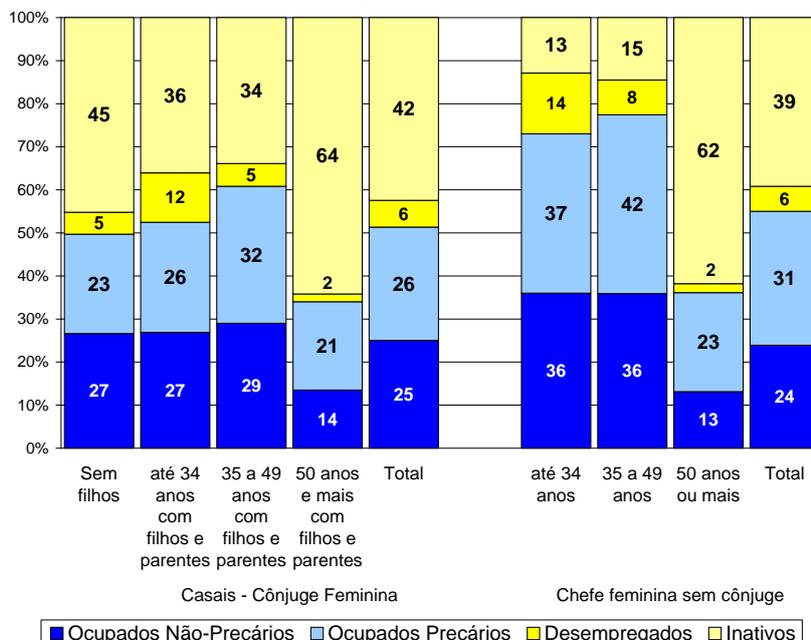
Lembrando que essa idade das mulheres identifica os arranjos da etapa de constituição da família que concentram a maior parte das crianças de até 6 anos de idade, as características apontadas da inserção laboral das cônjuges e chefes femininas sem cônjuge com idades até 34 anos revelam os constrangimentos que encontram para sua inserção no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, a elevada proporção destas em ocupação precária evidencia as limitações para o acesso a empregos de qualidade relacionada às suas atribuições sob a divisão sexual do trabalho vigente e as dificuldades de conciliar família e trabalho. Em segundo lugar, a maior proporção de desempregadas entre estes componentes familiares, evidencia as maiores restrições do mercado de trabalho para absorver mães jovens, que possivelmente ainda terão filhos¹².

Por sua vez, a análise da condição de absorção da força de trabalho das cônjuges que participam de arranjos com filhos e das mulheres-chefe com filhos nas idades entre 35 e 40 anos, mostra que estas apresentam como traço comum taxas de participação e de ocupação mais elevadas que as mais jovens; apresentam, entretanto, proporções mais elevadas de ocupadas absorvidas em atividades marcadas pela precariedade, evidenciando por um lado, as restrições impostas pela divisão sexual do trabalho vigente tanto na família como no mercado

¹² Análise que discute os custos para as empresas do trabalho das mulheres associado à maternidade e ao cuidado infantil é feita em OIT (2005).

de trabalho e, por outro, as estratégias das mulheres com filhos para viabilizar a conciliação família-trabalho.

Gráfico 4
Inserção de cônjuges e chefes femininas no mercado de trabalho segundo
tipologia de arranjo domiciliar
Regiões Metropolitanas Brasileiras - 2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
 Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Estas informações explicitam como os valores tradicionais da divisão sexual do trabalho limitam a inserção laboral das mulheres com encargos por filhos no acesso a empregos de qualidade e a melhores remunerações, apesar das elevadas taxas de participação destas no mercado de trabalho. Indicam também que, embora tenham participação importante na composição dos rendimentos domiciliares, esta poderia ser mais efetiva para a superação da pobreza, em muitas situações, se houvesse política de apoio no cuidado de crianças através de educação infantil adequada e no cuidado de adolescentes através da educação em tempo integral, que viabilizasse a conciliação das atividades relacionadas à família e as atividades no mercado de trabalho. Este é um dos aspectos a se considerar como foco importante das políticas de equidade de gênero no mercado de trabalho. Certamente os efeitos positivos de tal política para a equidade de gênero no mercado de trabalho teriam repercussões nos tipos de arranjos identificados neste estudo como mais vulneráveis ao empobrecimento e também na redução da desigualdade de renda entre os domicílios metropolitanos, realidade objeto deste estudo.

Um achado desta investigação é a relação positiva entre a qualidade de inserção no mercado de trabalho das mulheres-cônjuge e das mulheres chefes de domicílios monoparentais, com responsabilidade por crianças, e o acesso à educação infantil (creche e pré-escola).

Os resultados de pesquisa demonstram que as possibilidades de inserção no mercado de trabalho das mulheres com responsabilidade por crianças estão relacionadas ao acesso à educação infantil (0-3 e 4-6), reforçando o argumento sobre a necessidade de investimento na educação infantil como um dos mecanismos que possibilitam a obtenção de melhores rendimentos pelas mulheres com tais encargos, bem como a superação da pobreza pelos domicílios com a presença de crianças.

As informações analisadas para o período 2001-2009 indicam que existe uma relação positiva entre o acesso a educação infantil, especialmente para as crianças com idades entre 0 e 3 anos, e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho de cônjuges e de chefes femininas com responsabilidade por filhos. Constatou-se ainda que a possibilidade de estarem inseridas no mercado de trabalho através de vínculos não precários encontra-se associada ao maior acesso à educação pelas crianças nessas idades.

Um estudo de Sorj, (2004), interpreta a ampliação do acesso a creches e a pré-escola, analisadas para o período entre 2001 e 2004, como mecanismo que facilita a conciliação família e trabalho, com repercussões no aumento da participação feminina no mercado de trabalho, no aumento da jornada de trabalho e na elevação da renda.

O presente estudo apontou no período 2001-2009, como apresentado acima, importante crescimento da atividade das cônjuges femininas, especialmente nas idades até 34 anos e entre 35 a 49 anos, em ritmo superior ao da média metropolitana para esse componente familiar. Uma das hipóteses deste estudo é que o crescimento da taxas de ocupação e de participação de ambas pode estar relacionado ao crescimento na oferta de vagas para educação infantil que embora importante na década, se mostra ainda incipiente para as idades entre 0 e 3 anos.

Neste estudo observou-se um gradiente que relaciona o acesso à educação infantil e a vinculação ao mercado de trabalho das mulheres-cônjuge e chefes femininas monoparentais. Constatou-se, assim, um gradiente do maior ao menor acesso a educação infantil (0-3 e 4-6 anos) correspondendo a vinculações não precárias, precárias e ao não trabalho de mulheres, sejam elas cônjuges ou chefes femininas sem cônjuge, em arranjos domiciliares com filhos . Esse gradiente foi constatado nos dois anos analisados, 2001 e 2009 (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3
Taxa de acesso escolar de crianças segundo condição de ocupação da c#u00f4njuge por tipo de arranjo domiciliar nucleado por casal, segundo idade da c#u00f4njuge feminina (%)
Regi#u00f5es Metropolitanas 2001-2009

			Taxas de acesso escolar (3)			
			Faixas de idade (2)			Total
			0 a 3	4 a 6	7 a 9	
2001	Trabalho N#u00e3o Prec#u00e1rio	C#u00f4njuge de at#u00e9 34 anos	24,9	79,1	99,5	59,2
		C#u00f4njuge de 35 a 49 anos	35,1	86,5	99,5	79,2
		C#u00f4njuge de 50 anos ou mais	28,8	80,0	100,0	56,5
		Total (1)	27,9	81,5	99,5	66,5
	Trabalho Prec#u00e1rio	C#u00f4njuge de at#u00e9 34 anos	14,7	70,6	98,2	57,4
		C#u00f4njuge de 35 a 49 anos	14,0	73,2	97,7	66,3
		C#u00f4njuge de 50 anos ou mais	12,4	67,1	98,7	58,1
		Total (1)	14,7	71,0	97,9	60,8
	N#u00e3o Trabalha	C#u00f4njuge de at#u00e9 34 anos	7,4	62,0	97,1	42,6
		C#u00f4njuge de 35 a 49 anos	7,4	65,4	97,0	60,8
		C#u00f4njuge de 50 anos ou mais	14,0	74,0	96,3	60,6
		Total (1)	8,0	64,2	97,0	49,1
2009	Trabalho N#u00e3o Prec#u00e1rio	C#u00f4njuge de at#u00e9 34 anos	36,6	87,8	99,6	68,7
		C#u00f4njuge de 35 a 49 anos	37,1	94,8	99,6	79,8
		C#u00f4njuge de 50 anos ou mais	39,4	80,4	100,0	72,8
		Total (1)	37,4	90,6	99,6	73,5
	Trabalho Prec#u00e1rio	C#u00f4njuge de at#u00e9 34 anos	26,4	80,6	98,9	67,1
		C#u00f4njuge de 35 a 49 anos	26,8	85,4	99,0	76,9
		C#u00f4njuge de 50 anos ou mais	23,0	80,7	98,5	67,1
		Total (1)	26,1	82,6	98,9	71,0
	N#u00e3o Trabalha	C#u00f4njuge de at#u00e9 34 anos	13,2	76,8	98,5	53,8
		C#u00f4njuge de 35 a 49 anos	17,5	80,1	98,2	69,0
		C#u00f4njuge de 50 anos ou mais	26,4	84,5	99,2	70,6
		Total (1)	15,6	78,2	98,5	59,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domic#u00edlios.

Elabora#u00e7#u00e3o: NEPP/UNICAMP.

(1) O Total inclui outros arranjos nucleados por casal. Na tabela constam apenas os arranjos com crian#u00e7as menores de 10 anos de idade (filhos ou outros parentes).

(2) Inclui todas as crian#u00e7as nestas idades presentes no domic#u00edlio, sejam filhos ou outros parentes.

(3) Taxa de acesso escolar: propor#u00e7#u00e3o de crian#u00e7as na faixa et#u00e1ria espec#u00edfica que freq#u00fcnta creche ou escola, em rela#u00e7#u00e3o ao total de crian#u00e7as na respectiva faixa et#u00e1ria.

A an#u00e1lise, referente ao ano de 2009, da situa#u00e7#u00e3o laboral das c#u00f4njuges nos arranjos domiciliares nucleados por casais com a presen#u00e7a de filhos, mostra que esse gradiente se repete em todas as idades das c#u00f4njuges, com a exce#u00e7#u00e3o da observada para a condi#u00e7#u00e3o de n#u00e3o trabalho das c#u00f4njuges com 50 anos e mais, em que n#u00e3o h#u00e1 queda na taxa de acesso escolar e que indica a presen#u00e7a de crian#u00e7as que s#u00e3o possivelmente netos (Tabela 3).

Os dados das taxas de acesso escolar das crian#u00e7as menores de 10 anos, que como dito acima, apresentam-se como um gradiente de forma diretamente relacionada #u00e0 condi#u00e7#u00e3o de atividade das c#u00f4njuges, mostra tamb#u00e9m que exatamente o grupo de c#u00f4njuges mais jovem, de at#u00e9 34 anos, que concentra a maior parte das crian#u00e7as, #u00e9 o que apresenta em 2009, comparativamente, as menores taxas de acesso escolar para as faixas de idade de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos, seguido pelo grupo de c#u00f4njuges com idades entre 35 e 49 anos.

Na análise destes dois grupos de mulheres-cônjuge, chama a atenção a diferença no acesso escolar de crianças associado à condição laboral. Encontra-se para aquelas que se inserem no mercado de trabalho através de vínculos não precários a elevada taxa de acesso escolar para crianças de 0 a 3 anos da ordem de 37%, acima da média metropolitana nesse ano; para aquelas com vinculações precárias, o acesso escolar é cerca de 26% e para aquelas em situação de não trabalho, a taxa de acesso escolar é de 13% para as crianças de 0 a 3 anos, no caso das mais jovens (até 34 anos), e de 17,5% no caso daquelas com idades entre 35 e 49 anos. Na condição de não ocupadas, por limites estatísticos a análise não discriminou entre aquelas em busca de trabalho daquelas inativas, mas é extremamente baixo o acesso destas crianças à creche. Aqui deve ser discutido que a pequena disponibilidade de creches públicas¹³ pode estar limitando que estas mulheres se insiram no mercado de trabalho. Esta suposição encontra respaldo na análise por decís de renda domiciliar per capita, que evidencia o restrito acesso escolar de crianças de 0 a 3 anos para as cônjuges jovens (de até 34 anos) nos domicílios entre os 20% mais pobres das regiões metropolitanas, da ordem de 11% em 2009; nos domicílios que se situam entre os 50% mais pobres - que incluem esses 20% - o acesso é da ordem de 17%; contrastando com o acesso escolar de crianças de 0 a 3 anos para as cônjuges de até 34 anos nos domicílios acima da renda mediana, da ordem de 35% no mesmo ano. São também bastante baixas as taxas de acesso escolar das crianças de 0 a 3 anos correspondendo às cônjuges com idades entre 35 e 49 anos: da ordem de 15% nos domicílios mais pobres (20% mais pobres) e perto de 20% nos domicílios abaixo da mediana da renda metropolitana (50% mais pobres). Entre os domicílios com rendimentos superiores à mediana metropolitana o acesso à creche das crianças de até 3 anos de idades também supera 35%. Lembre-se que para a média metropolitana a taxa de acesso à creches para crianças de 0 a 3 anos, em 2009, é de 23,6%.

A desigualdade no acesso escolar também ocorre, porém é mais atenuado no caso das crianças com idades entre 4 e 6 anos, no ano de 2009, tanto relacionada à condição laboral das mulheres-cônjuges com idades até 34 anos e 35 e 49 (Tabela 3), como associada aos decís de renda domiciliar per capita, correspondendo a esse grupo de idade de cônjuges que concentra a maior parte das crianças (Tabela 5). Possivelmente, a ampliação da oferta de matrículas na educação infantil pré-escolar ocorrida na última década (Montali, coord, 2012) tenha atenuado as diferenças que, embora persistam, são menores.

¹³ Cerca de metade das creches nas regiões metropolitanas brasileiras são de natureza privada, havendo diferenças nessa proporção entre as regiões metropolitanas (Montali (coord.), 2012).

Com relação ao maior acesso escolar associado à condição de não trabalho da cônjuge de 50 anos e mais, dois aspectos devem ser mencionados: em primeiro lugar, que a cônjuge nestas idades corresponde a um arranjo domiciliar que não se inclui entre aqueles que apresentam maior vulnerabilidade ao empobrecimento, como identificado no início desta análise, que é o arranjo nucleado pelo casal de 50 anos e mais com filhos e/ou parentes. O segundo aspecto, já mencionado acima, encontra-se associado à composição desse arranjo domiciliar no qual se identificou a elevada presença de crianças identificadas como outros parentes. Dessa forma, crianças residentes no domicílio com acesso escolar associadas à condição de ocupação da cônjuge nesta idade são outros parentes e não filhos, sugerindo a presença de netos e outras crianças aparentadas, bem como a presença de famílias ampliadas que permitem estratégias distintas para a conciliação família-trabalho (Tabela 3).

Comportamento semelhante em relação à situação laboral e aos decis de rendimento domiciliar per capita é também encontrado nos arranjos domiciliares monoparentais femininos nos anos de 2001 e 2009.

Na análise das chefes femininas que integram os arranjos monoparentais observa-se o gradiente já referido que relaciona a condição de atividade e qualidade dos vínculos com o mercado para todas as idades das chefes, nos dois momentos analisados, com o acesso escolar de crianças de até 6 anos de idade (Tabela 4).

Associada ao trabalho não precário das chefes monoparentais nas três idades destas, a taxa de acesso à creche de crianças de até 3 anos de idade supera os 30%, chegando a 39% para aquelas de 50 anos e mais. Para as chefes monoparentais com vinculação precária ao mercado de trabalho é acentuada a queda no acesso à creche, que fica pouco acima dos 20% para as mais jovens (até 34 anos) e para aquelas de 50 anos e mais, com destaque para a menor taxa de acesso escolar, cerca de 18%, no caso das chefes monoparentais com idades entre 35 e 49. Como visto na análise da inserção no mercado (Gráfico 4), as chefes neste último grupo de idades encontram-se prioritariamente inseridas em ocupações precárias (42% delas) e este pequeno acesso à creche pode ser uma das limitações para inserções de melhor qualidade no mercado.

Tabela 4
Taxa de acesso escolar de crianças segundo condição de ocupação da chefe no arranjo domiciliar
monoparental feminino, segundo idade da chefe (%)
Regiões Metropolitanas 2001-2009

		Taxa de acesso escolar (2)				
		Faixas de Idade (1)			Total	
		0 a 3	4 a 6	7 a 9		
2001	Trabalho Não Precário	Chefe feminino até 34 anos	24,9	70,3	98,5	62,2
		Chefe feminino de 35 a 49 anos	19,5	86,6	97,7	63,9
		Chefe feminino de 50 anos ou mais	15,6	71,0	98,5	60,1
		Total	20,8	76,5	98,1	62,7
	Trabalho Precário	Chefe feminino até 34 anos	18,3	63,5	97,1	58,4
		Chefe feminino de 35 a 49 anos	10,2	70,3	96,2	57,9
		Chefe feminino de 50 anos ou mais	11,8	76,5	93,8	57,5
		Total	13,6	69,1	96,2	58,0
	Não Trabalha	Chefe feminino até 34 anos	12,8	60,6	93,6	48,5
Chefe feminino de 35 a 49 anos		9,3	64,4	93,6	53,9	
Chefe feminino de 50 anos ou mais		11,4	75,2	95,1	58,7	
Total		11,3	68,2	94,3	54,5	
2009	Trabalho Não Precário	Chefe feminino até 34 anos	33,6	90,9	99,6	76,7
		Chefe feminino de 35 a 49 anos	33,3	86,6	99,7	76,7
		Chefe feminino de 50 anos ou mais	39,5	85,6	100,0	75,0
		Total	34,6	88,4	99,7	76,4
	Trabalho Precário	Chefe feminino até 34 anos	22,4	83,9	98,5	69,6
		Chefe feminino de 35 a 49 anos	17,8	86,0	99,8	72,4
		Chefe feminino de 50 anos ou mais	24,8	82,0	96,9	68,0
		Total	21,2	84,3	98,7	70,4
	Não Trabalha	Chefe feminino até 34 anos	19,4	75,1	98,7	61,3
		Chefe feminino de 35 a 49 anos	18,9	70,0	95,6	61,7
		Chefe feminino de 50 anos ou mais	25,3	83,0	98,6	68,2
		Total	22,1	77,4	97,9	64,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

(1) Inclui todas as crianças nestas idades presentes no domicílio, sejam filhos ou outros parentes.

(2) Taxa de acesso escolar: proporção de crianças na faixa etária específica que frequenta creche ou escola, em relação ao total de crianças na respectiva faixa etária.

Considerando-se os domicílios nucleados pelo casal, a taxa de acesso à creche pelos domicílios entre os 50% mais pobres é em 2009, cerca de metade daquela dos domicílios com renda acima do valor mediano e esta diferença se verifica de forma mais acentuada nas idades mais jovens das cônjuges. Correspondendo à etapa de constituição da família, encontra-se para as cônjuges de até 34 anos, que nos domicílios abaixo do 5º decil (50% mais pobres), o acesso escolar das crianças de até 3 anos é menor que a metade do acesso do grupo de crianças nessas idades nos domicílios acima da mediana. Ou seja, para as crianças até 3 anos de idade, a taxa escolar é de 16,8%, correspondendo às cônjuges com até 34 anos entre os domicílios 50% mais pobres e de 35,4% entre aqueles acima do valor mediano.

Com relação aos domicílios nucleados por casais e o acesso à pré-escola (crianças de 4 a 6 anos), embora exista, é menos acentuada a desigualdade entre aqueles acima e abaixo do valor mediano do rendimento domiciliar per capita metropolitano; considerando-se o conjunto dos

arranjos conjugais, na média a taxa de acesso escolar é cerca de 13 pontos percentuais maior para aqueles acima da mediana.

Tabela 5
Taxa de acesso escolar de crianças por idades, segundo condição de ocupação e idade da cônjuge e da chefe feminina por tipo de arranjo domiciliar (%)
Regiões metropolitanas brasileiras, 2009

		Taxas de acesso escolar (3)				
		Cônjuge feminino arranjos conjugais		Chefe feminino monoparental		
		Faixas de idade (2)		Faixas de idade (2)		
		0 a 3	4 a 6	0 a 3	4 a 6	
50% mais pobres	Trabalho Não Precário	Até 34 anos	30,3	84,6	29,7	91,3
		35 a 49 anos	30,0	87,4	23,7	82,6
		Total (1)	30,3	85,5	27,6	86,7
	Trabalho Precário	Até 34 anos	24,3	80,0	21,3	82,5
		35 a 49 anos	21,0	80,5	17,2	83,2
		Total (1)	22,8	80,3	20,2	82,3
	Não Trabalha	Até 34 anos	11,2	76,5	19,2	74,7
		35 a 49 anos	16,0	77,2	20,2	68,5
		Total (1)	13,1	76,9	20,9	75,1
Total	Trabalho Não Precário	Até 34 anos	36,6	87,8	33,6	90,9
		35 a 49 anos	37,1	94,8	33,3	86,6
		Total (1)	37,4	90,6	34,6	88,4
	Trabalho Precário	Até 34 anos	26,4	80,6	22,4	83,9
		35 a 49 anos	26,8	85,4	17,8	86,0
		Total (1)	26,1	82,6	21,2	84,3
	Não Trabalha	Até 34 anos	13,2	76,8	19,4	75,1
		35 a 49 anos	17,5	80,1	18,9	70,0
		Total (1)	15,6	78,2	22,1	77,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

(1) O Total, para a cônjuge, inclui outros arranjos nucleados por casal. Na tabela constam apenas os arranjos com crianças menores de 10 anos de idade (filhos ou outros parentes).

(2) Inclui todas as crianças nestas idades presentes no domicílio, sejam filhos ou outros parentes.

(3) Taxa de acesso escolar: proporção de crianças na faixa etária específica que freqüenta creche ou escola, em relação ao total de crianças na respectiva faixa etária.

Merece ser ressaltado que é mais elevado o acesso à educação infantil entre os domicílios nucleados pela chefe feminina monoparental do que o acesso por aqueles nucleados pelo casal, verificando-se esta diferença tanto na comparação entre os estratos mais ricos, como entre os estratos mais pobres.

Entre os domicílios monoparentais femininos repete-se a desigualdade no acesso à educação infantil entre os domicílios 50% mais pobres e os 50% mais ricos, na média a diferença é de cerca de uma vez e meia. Considerando-se o arranjo nucleado pela chefe feminina de até 34 anos, é maior que o dobro o acesso à creche comparando-se as taxas de acesso escolar dos

domicílios abaixo do valor mediano metropolitano da renda domiciliar per capita e aqueles, acima, respectivamente, 22% e 47%.

Acesso a programas de transferência de renda e o ciclo de vida familiar

Um aspecto relacionado às possibilidades de elevação da renda dos domicílios identificados como mais fragilizados é o acesso aos programas de transferência de renda e o impacto destes benefícios para minimizar a desigualdade de renda entre estes e os demais arranjos. Entretanto, os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de rever as políticas sociais de transferência de renda com medidas que reduzam as disparidades de valores dos benefícios entre os domicílios com acesso, elevando os valores a que têm acesso os domicílios com crianças¹⁴.

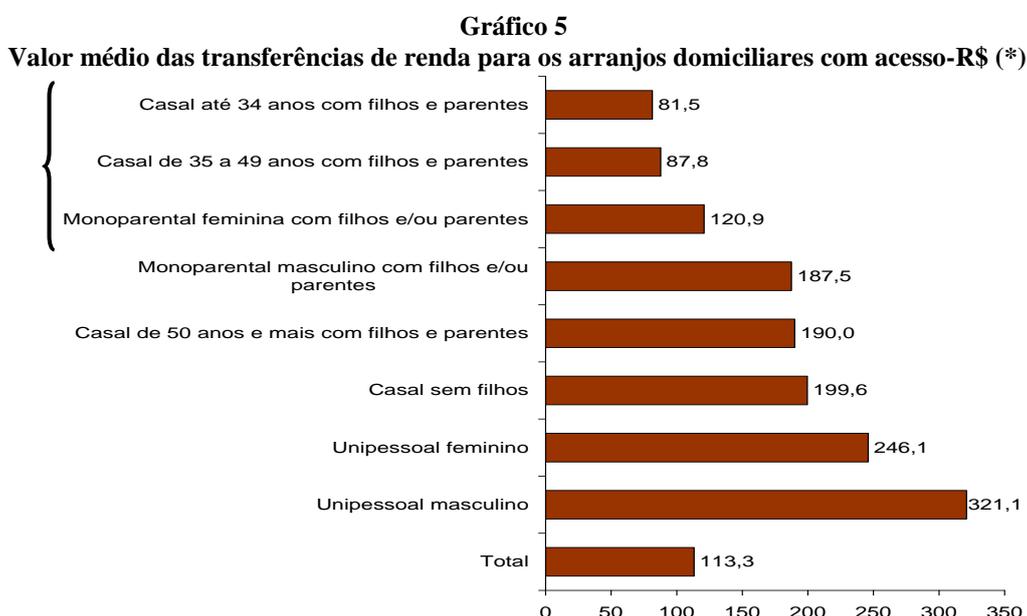
Esta questão é discutida tendo por referência análises e conclusões de estudos anteriores de Montali (2008) e Montali e Tavares (2008) que auxiliam na discussão da permanência da desigualdade de renda entre os arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais, considerando-se os domicílios com acesso a programas de transferência de renda no ano de 2006. Tais estudos identificaram que é distinto o acesso a programas de transferência de renda segundo os arranjos domiciliares associados aos diferentes momentos do ciclo vital da família. Constatou-se que os programas Bolsa-Família e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) apresentam peso importante entre os programas de transferência de renda a que têm acesso os três tipos de arranjos mencionados como os mais vulneráveis ao empobrecimento por contarem em sua composição familiar com parcela importante de crianças, adolescentes e jovens: os arranjos domiciliares que correspondem, respectivamente, às etapas de constituição (nucleados pelo casal de até 34 anos, com filhos,) e de consolidação do ciclo de vida familiar (nucleados pelo casal de até 34 anos, com filhos,); e os domicílios caracterizados pela chefe feminina sem cônjuge, com filhos e parentes.

Dessa maneira, a análise dos domicílios com acesso a programas sociais de transferência de renda evidencia que exatamente estes arranjos domiciliares identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento têm, predominantemente, acesso a o Programa Bolsa Família - que transfere benefícios com valores mais baixos - e pequeno acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), cujo valor é de um salário mínimo (MONTALI; TAVARES, 2008). Os demais tipos de arranjos domiciliares que apresentam rendimento domiciliar per capita

¹⁴ Como os dados das PNAD-IBGE mais recentes não informam sobre os programas de transferência de renda a que os domicílios têm acesso, recorreu-se aqui a estudos que analisam os dados da PNAD 2006 que possibilitam essa análise por desagregar o acesso dos domicílios segundo os tipos de programas de transferência de renda.

mais elevado e que incluem maior proporção de pessoas de 65 anos e mais, são os que têm acesso ao BPC, cujo valor, como mencionado, é de um salário mínimo. São também esses tipos de arranjos domiciliares os que contam com aposentadorias e pensões na composição do rendimento domiciliar.

Embora não sejam elevados os valores médios das transferências de renda por domicílio com acesso, fica evidente a disparidade do valor médio dos benefícios entre os domicílios caracterizados por arranjos associados às etapas inicial e de consolidação do ciclo de vida familiar e aqueles associados à etapa do envelhecimento da família (Gráfico 5). É importante esclarecer que neste cálculo estão incluídos apenas os programas sociais de transferência de renda, não incluindo portanto, aposentadorias e pensões.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Microdados. Apud Montali, 2008
O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).
(*) Domicílios até o 8º decil da renda domiciliar per capita.

Dessa forma, para os arranjos identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento, somam-se desvantagens: os valores mais baixos obtidos através do trabalho e os valores mais baixos dos benefícios dos programas de transferência a quem têm acesso (MONTALI, 2008).

Estes estudos explicitaram que os benefícios auferidos através destes programas podem contribuir para a redução da pobreza no ano analisado; porém, constatou-se também, que estes contribuam para a reprodução da desigualdade de renda identificada entre os arranjos domiciliares (MONTALI, 2008).

Considerações finais

Retomando a discussão sobre a redução ou reprodução da desigualdade, tendo por foco a desigualdade de rendimentos entre domicílios com distintos arranjos familiares, os estudos referidos e os resultados da presente investigação permitem afirmar que um conjunto de fatores contribuem para a reprodução da desigualdade de renda domiciliar per capita entre os tipos de arranjos familiares identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais. Por um lado, pode-se dizer que esta é afetada por sua composição e pelas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho e aos benefícios relacionados a este e, ainda, pelas restrições colocadas pela divisão sexual do trabalho na família que permanece marcada por padrões tradicionais - que afetam a inserção das mulheres com responsabilidade pela família -, tema discutido acima.

As informações apresentadas explicitam como os valores tradicionais da divisão sexual do trabalho limitam a inserção laboral das mulheres com encargos por filhos no acesso a empregos de qualidade e a melhores remunerações, apesar das elevadas taxas de participação destas no mercado de trabalho. Indicam também que, embora tenham participação importante na composição dos rendimentos domiciliares, esta poderia ser mais efetiva para a superação da pobreza, em muitas situações, se houvesse política de apoio no cuidado de crianças através de educação infantil adequada e no cuidado de adolescentes através da educação em tempo integral, que viabilizasse a conciliação das atividades relacionadas à família e as atividades no mercado de trabalho. Este é um dos aspectos a se considerar como foco importante das políticas de equidade de gênero no mercado de trabalho. Certamente os efeitos positivos de tal política para a equidade de gênero no mercado de trabalho teriam repercussões nos tipos de arranjos identificados neste estudo como mais vulneráveis ao empobrecimento e também na redução da desigualdade de renda entre os domicílios metropolitanos, realidade objeto deste estudo.

Por outro lado, a análise dos arranjos domiciliares mostra que sua composição, correspondendo às etapas do ciclo de vida familiar, pode afetar as possibilidades de auferir renda, não apenas pelas limitações e vantagens para a inserção no mercado de trabalho, mas também porque o acesso a determinados recursos (benefícios de programas de transferência de renda e de aposentadorias) também é distinto. Tais fatos têm contribuído para a reprodução da desigualdade de renda domiciliar per capita entre os arranjos domiciliares identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais arranjos.

Algumas medidas recentes da política social brasileira caminham no sentido contribuir para a redução da desigualdade de renda entre os domicílios que apresentem a configuração dos três tipos identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais, considerando-se apenas os domicílios pobres com acesso a transferência de renda. No caso específico do Programa Bolsa Família as novas medidas possibilitam ampliar a cobertura e elevar o rendimento de famílias nas etapas iniciais do ciclo de vida familiar e com a presença de crianças e adolescentes entre seus componentes. Estas medidas são: - a ampliação do benefício variável para adolescentes de 16 a 17 anos, até 2 adolescentes (Decreto nº 6.917, de 30 de julho de 2009); - a ampliação do número de crianças de 3 para 5 - com menos de 15 anos para recebimento do benefício variável (Decreto n.7.494, de 2 de junho de 2011); - a elevação do valor do benefício variável para crianças menores de 15 anos – R\$ 22,00 para R\$ 32,00 (abril/2011). No ano de 2012, no bojo do programa Brasil Sem Miséria foram ampliados benefícios monetários para famílias com crianças de até 6 anos de idade e explicitada a criação de vagas em creches e em educação infantil para estas famílias. Estas medidas mais recentes vão na direção de atender a algumas das necessidades apontadas pela investigação aqui apresentada e contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade no país, a serem percebidas nos próximos anos.

Permanecem, no entanto, as questões relacionadas à divisão sexual do trabalho e a necessidade da implementação de políticas que promovam a equidade de gênero para a inserção no mercado de trabalho que, certamente, contribuirão para a redução da pobreza nos arranjos identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento.

Referências Bibliográficas

ARRIAGADA, I. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. IN: ARAUJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (Org) – **Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada**. Bauru: EDUSC, 2007.

BANCO MUNDIAL, 2012. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – 2012. Igualdade de Gênero e Desenvolvimento. Visão Geral**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2012. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em junho de 2012.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.; MERCADO, C. M.; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Orgs.). In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010** / Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Pp: 142-177. Acesso em 01/02/2012.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC, 2011. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em 29/05/2011.

MONTALI, L.; TAVARES, M.. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, p. 211-231, jul/dez 2008.

MONTALI, L.. “Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: redução ou reprodução?” *In*: SANCHES, Eramis B., ALVES, José Eustaquio D. (Orgs.): **Serie Investigaciones N° 3 - Pobreza y Vulnerabilidad Social: Enfoques y Perspectivas**. ALAP Editor. Córdoba, Argentina, 2008. Disponível em: <http://www.alapop.org>

MONTALI, L.. (coord.) **Relatório Final do Projeto Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: diagnóstico e recomendações para a redução das desigualdades**. CNPq. Edital MCT/CNPq/MDS-SAGI n ° 36/2010 - Processo 563760/2010-9. NEPP / UNICAMP. Fevereiro/2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social**. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: <http://www.oit.org.br>. Acesso em junho de 2012.

SORJ, B. Reconciling work and family; issues and policies in Brazil. Geneva: International. Labour Office, 2004.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p. 573-594, set/dez. 2007.